

História regional, café e indústria: A zona da Mata de Minas Gerais.

Nicélio do Amaral Barros (UFES)

Área de ocupação mais tardia, a zona da Mata mineira só será efetivamente ocupada no decorrer do século XIX, após o declínio da atividade mineradora¹, estando, portanto, na contra-mão das principais regiões da então província, que passam neste período por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa redistribuição dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, se relacionando com vários focos de mercado interno existentes, porém, mantendo seu caráter agro-exportador.²

Diferentemente deste quadro, a zona da Mata de Minas passa por um processo de estruturação de sua economia essencialmente de cunho agro-exportador, o que lhe permitiu situar-se como a região mais dinâmica da província, estabelecendo-se como base fiscal do aparelho administrativo provincial. Assim, apesar de representar com seus 35.000 km² apenas 5% do território mineiro, a zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. Podemos dizer que, até a década de 1920, esta região foi a principal produtora de café do Estado, variando proporcionalmente de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, e isto levando em conta que o café, entre 1870 e 1930, ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do Estado e foi responsável pela maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920.³

Vejamos o que disse um autor a respeito deste “rompimento” da zona da Mata mineira com a própria formação histórica do estado, firmada culturalmente nos traços típicos do século XVIII na região:

*“(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...)”.*⁴

No entanto, é fazendo a comparação com outros núcleos agro-exportadores que percebemos melhor os significados destas especificidades da zona da Mata mineira no contexto da transição escravista-capitalista por que passava o país. Fazemos referência aqui ao Vale do Paraíba Fluminense, com o qual a Mata mantém traços importantes de identificação: a contigüidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, ou seja, relações de parentesco entre esta aristocracia⁵, entre outros. Em que pese tais semelhanças, guardam as duas regiões diferenças importantes, o que inviabiliza compreender a zona da Mata mineira como simples extensão da economia agro-exportadora do Vale do Paraíba Fluminense.

Primeiramente, lembremos o fato de a zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, um dado fundamental se levarmos em conta os instrumentais da política econômica dos governos Provinciais/Estaduais no contexto de sua maior autonomia com o advento da República, a crise do sistema escravista e da expansão do sistema capitalista. O acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor agro-exportador, política de valorização do café, etc. Nesta conjuntura, complicados processos de articulações políticas têm de ser “costurados” pela aristocracia cafeeira devido, sobretudo, à

participação de vários setores sociais na órbita do poder estadual, sendo que, nem sempre os interesses agro-exportadores se encontravam em maioria no poder estadual.⁶

Em segundo lugar, há diferenças seculares entre as produções cafeeiras destas duas regiões. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, zona da Mata acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado da exportação de sua produção. No entanto, devido a condições como a distância entre a região e o Rio de Janeiro, além da falta de uma malha viária decente fez com que a efetiva incorporação produtiva da primeira se desse em meados do século XIX, marcando uma defasagem temporal com a região fluminense, sem poder contar a região da Mata com fatores objetivos, como a existência de terras virgens, proporcionando um desenvolvimento mais significativo da região mineira no final do século XIX, quando se intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão do sistema capitalista.⁷ Tais diferenças são relevantes se levarmos em conta a determinação do investimento e consumo possibilitados pela capacidade de dinâmica do núcleo agro-exportador. O impacto da abolição da escravidão, a capacidade (ou não) de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós-abolição, entre outras, estarão aí amalgamados e poderão assumir diferentes nuanças.

São estas diferenciações que no bojo do processo permitem à zona da Mata ser dotada de especificidades significativas e tornar-se importante para a compreensão da forma no qual ocorre a transição capitalista nesta região. A nossa proposta de pesquisa vem buscando investigar o que para nós é mais uma de suas especificidades neste processo de transição capitalista, precisamente, a crise de 1929, seus impactos e conseqüências no seio desta economia regional agro-exportadora.

Estamos falando aqui de um dos mais expressivos processos de industrialização que ocorreu em Minas Gerais no período que vai do final do século XIX até, pelo menos, a década de 1920, que é aquele conhecido por Juiz de Fora. Tal dimensão propiciou a este Município a

condição de principal centro industrial e bancário-financeiro do estado de Minas Gerais até a metade do nosso período de análise, ou seja, 1930.⁸ Dessa forma, estudamos o comportamento deste setor industrial no pós-1929, analisando qual o impacto da crise na indústria local, ou seja, até que ponto ela foi afetada, quais os elementos micro e macroeconômicos envolvidos, e propor uma delimitação cronológica dos impactos investigados.

Segundo Domingos Girolletti, a industrialização de Juiz de Fora se desenvolveu em duas fases relativamente distintas. Num primeiro momento ocorreu o predomínio de pequenas unidades, identificadas pela pequena produção, baixos índices de capital investido e produtividade, além de uma pequena concentração de mão-de-obra; o proprietário, neste caso, ao estar diretamente envolvido com o processo produtivo, sequer se distingue do produtor direto. Incluída num contexto escravista, esta fase se desenvolve até o final da década de 1880 e por suas características constitui muito mais um prenúncio do processo de industrialização que estaria por vir do que propriamente, como quer o autor, um momento diferenciado deste. A industrialização propriamente dita, compreendida no bojo do processo que resulta na formação de forças produtivas notadamente capitalistas, somente se desenvolve a partir do segundo momento, quando diferentemente do período anterior já se verifica o predomínio de médias e grandes unidades com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão-de-obra. É neste momento que se estabelecem unidades propriamente fabris que terão no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente.⁹

Não é por acaso que a passagem de uma para outra fase se dê, justamente, no final do século XIX. Em parte é a própria expansão dos serviços urbanos do município como ferrovias, sistema financeiro, telefonia, energia elétrica, etc., que explica o impulso no processo de industrialização, mas a ampliação da demanda interna que advém da reorganização do processo de trabalho no setor agro-exportador – o núcleo fundamental da determinação da renda do sistema –, fornecerá um suporte fundamental à nova fase do processo de

industrialização local. Aliada aos mercados consumidores urbanos, a demanda gerada no setor agro-exportador da região vai se constituir em um dos principais espaços – mas, não o único – de realização da produção industrial de Juiz de Fora. Os mercados “externos”, compreendidos por outras regiões de Minas Gerais e outros estados, como o Rio de Janeiro, assumiram um papel importante – e para alguns setores, mesmo, fundamental – mas limitado, principalmente se tivermos em mente a descentralização na indústria em Minas Gerais e a capacidade industrial do Rio de Janeiro – estado mais industrializado do país até a década de 1920 –, além dos elevados preços dos fretes, a precariedade do sistema de transportes e comunicações, etc., todos estes elementos gerando uma espécie de “proteção” natural aos mercados consumidores de produtos manufaturados – que assumem uma feição notadamente regionalizada até aproximadamente 1930 –, favorecendo a dispersão da indústria, exigindo uma grande competitividade da produção industrial que ambiciona outros centros de consumo.

O papel do mercado regional tem para nós uma importância singular no processo de industrialização de Juiz de Fora, pois se constituiu em pressuposto fundamental para a efetivação deste processo. Por outro lado impôs, este mercado, limites à diversificação e porte da estrutura industrial que dele resultou. Ainda que estes limites revelem uma envergadura industrial significativamente menor do que aquela existente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, a indústria de Juiz de Fora se destacou, pelo menos até 1930, não só com relação à zona da Mata, mas no conjunto do estado de Minas Gerais.¹⁰

Vinculada, porém, tanto pela via da formação de capital quanto pela de mercado de realização da produção a uma cafeicultura que, se por um lado manteve um comportamento sensivelmente dinâmico até a década de 1920, por outro, apresentou visíveis limites a este comportamento – condicionado pelo fechamento da fronteira – o que lhe conferiu um lugar periférico diante dos principais centros produtores –, a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país. Neste sentido, como já fizemos referência, estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos

grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização, cuja fragilidade é consequência da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período pós-30, quando, paralelamente à constituição de um mercado nacional, o qual vai corresponder à ocupação de um dos seus espaços básicos de realização econômica, sofre, segundo as interpretações até aqui conhecidas um processo irreversível de estagnação e decadência.¹¹

Tomando a crise de 1929 como marco referencial pretendemos investigar esta “decadência” e seus reflexos na década de 1930, onde, para nós, alguns elementos essenciais como o desenvolvimento da produção cafeeira, a diversificação do capital excedente e os investimentos no setor industrial, entre outros, sempre levando em conta a política econômica do governo do estado de Minas Gerais no período, precisam ser estudados de forma mais conjunta diante do vasto conjunto de fontes documentais por nós levantadas. Pensamos que a falta de investimento na indústria e o declínio diante dos grandes centros produtores, que juntos, formam a argumentação para a crise da indústria local não são suficientes para explicá-la. Diante da nossa visão do conjunto do “complexo agro-exportador” entendemos que conjuntura cafeeira, dinâmica do segmento financeiro-bancário desta economia, a real abrangência dos investimentos no setor industrial e política econômica estadual do período aqui analisado, articulados, formam os pontos fundamentais de serem estudados para uma melhor compreensão dos impactos da crise de 1929 e do período imediatamente posterior a ela neste, podemos chamar, “complexo periférico”.¹²

Partindo, portanto, do que se propôs até aqui a respeito do complexo agro-exportador cafeeiro que se desenvolveu na zona da Mata mineira – que acompanhou em boa parte as mudanças originadas pela transição escravista-capitalista no país –, realçando suas especificidades como a falta de um porto que pudesse escoar sua produção, de não sediar a capital do estado, da inexistência até certa altura de um setor financeiro autônomo e de uma rede de transportes bem desenvolvida, percebemos, no entanto, que esta economia regional

não só criou as condições de retenção do capital excedente originado da cafeicultura, como diversificou a inversão deste capital no âmbito endógeno do “complexo” originando e ampliando um setor urbano-industrial, tendo Juiz de Fora como pólo aglutinador e possibilitando também o surgimento de um setor autônomo e delimitado.

Durante o período compreendido entre 1890 e 1930 – vale lembrar que a década de 1930 constitui-se como objeto de análise do trabalho ora apresentado –, este Município se torna o maior parque industrial de Minas Gerais, enquanto a zona da Mata se firma como a maior região produtora de café do Estado. Ou seja, surge uma reciprocidade inter-setorial permitindo que esta economia agro-exportadora se diversificasse, havendo assim, inversões no próprio setor urbano-industrial, utilizando-se de créditos advindos do segmento financeiro-bancário, internamente estruturado.¹² Guardadas as devidas proporções com as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, de maior porte e inversões de maior *envergadura*, desenvolve-se em Juiz de Fora um setor urbano-industrial de significativo potencial.

Neste processo surgem além de bancos, empresas de eletricidade, de transporte, de maquinários agrícolas, de juta, de telefonia, de construções, alimentares, têxteis, além do desenvolvimento significativo dos estabelecimentos comerciais. Este “complexo agro-exportador” passa pela crise dos preços do início do século XX, apontando para uma recuperação nas décadas de 1910 e 1920, onde novas empresas e fábricas são fundadas, nos parecendo que ao contrário do que afirma a historiografia existente, esta década de 1920 assiste sim a um investimento no setor industrial, sobretudo no que concerne às empresas de maior porte.¹³

Assim, estamos investigando o comportamento do setor agro-exportador no período da análise para uma melhor avaliação das influências do desenvolvimento deste setor no âmbito da indústria local. Podemos afirmar, contudo, que devido à própria estrutura da economia regional, uma crise do sistema agrário local fatalmente afetaria o setor urbano-industrial do “complexo”. São estas implicações no conjunto da economia regional que pretendemos estudar

detidamente, propondo também, como já dissemos anteriormente, uma cronologia da conjuntura econômica regional para o período. Interessa-nos, portanto, entender o comportamento da produção agro-exportadora e do setor urbano-industrial da zona da Mata mineira frente à crise mundial de 1929 e seu período imediatamente posterior, a década de 1930.

Notas:

¹ OLIVEIRA, M. R. *“Uma incursão numa Zona Proibida: Zona da Mata Mineira: 1809-1850”*. Juiz de Fora: Depto de História/ICHL, 1998, p. 9-10.

² LENHARO, A. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 89-106.

³ GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora – 1850-1930*. Juiz de Fora: UFJF, 1988, p. 123.

⁴ PEDROSA, M. X. “Zona silenciosa da Historiografia Mineira: a Zona da Mata”, *Revista do I.H.G.M.G.*, Vol. IX, 1962.

⁵ Sobre “relações de parentesco”, ver: OLIVEIRA, M. R. Op. cit., p. 37.

⁶ VISCARDI, C. R. *O Teatro do absurdo: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Com Arte, 2001, p. 360-364.

⁷ PIRES, A. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora*. Niterói, UFF, 1992. (dissertação).

⁸ Para uma abordagem do sistema bancário da região, ver: PIRES, A. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. São Paulo, USP, 2004, p. 182-253. (tese).

⁹ GIROLETTI, D. Op. cit., p. 53-72.

¹⁰ Idem, p. 124.

¹¹ Ver, sobretudo, as análises de GIROLETTI, D. Op. cit., p. 129-130 e; PAULA, M. C. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)*, Belo Horizonte, UFMG, 1976, p. 166. (dissertação).

¹² Levamos em conta o conceito desenvolvido por: CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 20-21.

¹² PIRES, A. *Café, bancos e finanças*. Op. cit., p.182-253 e; COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. Campinas, UNICAMP, 1978, p. 88-114. (dissertação).

¹³ ANDRADE, S. B. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: UFJF, 1987, p. 16-33.